

Nota para imprensa – 31/08/2009

Comentário do presidente do SINAVAL, Ariovaldo Rocha.

Estaleiros preparados para participar no esforço de produção de petróleo nos campos do pré-sal.

“Os estaleiros brasileiros estão preparados para o desafio de produzir navios-sonda, plataformas de produção, navios de apoio marítimo, petroleiros e todos os equipamentos necessários para essa nova fase do Brasil na produção de petróleo nas camadas profundas do subsolo marinho, conhecidas como o pré-sal”, informa o presidente do SINAVAL (Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore), Ariovaldo Rocha.

O presidente do SINAVAL acompanha o anúncio, nesta segunda-feira, dia 31/08/2009, do marco regulatório, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, que será enviado para votação no Congresso Nacional.

Ariovaldo Rocha destaca que os estaleiros brasileiros, em sua fase de consolidação, estão investindo em ampliação e construção novas unidades. A Construção Naval brasileira trabalha com uma carteira de encomendas de três milhões de TPB (Toneladas de Porte Bruto), praticamente duplicando a frota brasileira de navios. É o momento da construção no Brasil de navios de grande porte (petroleiros de 157 mil TPB), levando o setor a um novo patamar industrial e tecnológico. Além dos navios, os 28 estaleiros atuais e quatro novos estaleiros em instalação irão construir oito cascos de navios-plataforma de produção de petróleo e 28 navios-sonda de perfuração.

As empresas de construção naval apresentam a capacidade de realizar acordos com fornecedores internacionais de tecnologia, transferindo ao país esse conhecimento, gerando mais de 45 mil empregos diretos no país, mantendo com a indústria nacional de navieças um programa de aumento do fornecimento local de equipamentos, através de programas desenvolvidos pelo Ministério de Minas e Energia, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do SINAVAL. Realiza esse esforço com o aperfeiçoamento das relações trabalhistas em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego.